

Comunicado N°3/2018

(14/05/2018)

Aos Empregados da Petrobras pelo Conselheiro Christian Alejandro Queipo

Prezados Colegas,

Semana passada foram publicados os Resultados Consolidados do 1T-2018 (ITR):

<http://www.investidorpetrobras.com.br/download/6300>

<http://www.investidorpetrobras.com.br/download/6307>

<http://www.investidorpetrobras.com.br/download/6310>

O relato a seguir contém as minhas impressões pessoais e não refletem necessariamente a visão que outros conselheiros ou membros da Alta Administração possam ter sobre os resultados da companhia. Devo salientar que a publicação do balanço é um requisito normativo exigido das empresas que operam em bolsa e que o que se julga no Conselho de Administração é a exatidão das informações contábeis de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34. Tendo feito esta ressalva, divulgo agora minhas impressões sobre os resultados obtidos.

Primeiramente, é preciso ter precaução com os surtos de otimismo de operadores político-midiáticos com o anúncio de “o melhor resultado para um trimestre desde o início de 2013” [1]. Na apuração do lucro líquido entraram fatores não recorrentes que podem induzir uma imagem demasiado otimista quando, na verdade, outros indicadores geram preocupação e necessidade de ação. A entrada de recursos “extras”, basicamente advindos da venda de participação nos campos de Lapa, Iara e Carcará, e a multa recebida pela tentativa (frustrada) de venda da Liquigás, reforçaram o caixa em R\$ 3,547 bilhões. Sem esta alienação, o lucro líquido teria sido mais modesto, por volta de R\$ 5 bilhões, em linha com o 1T-2017. É, contudo, uma comparação inadequada, pois nossas receitas aumentaram (globalmente) acompanhando o preço médio do Brent, que passou de 53,78 USD/bbl para 66,76 USD/bbl. Na verdade, a margem de EBIDTA ajustada, ou seja, retirando os “extras”, reduziu de 37% para 34%. Onde está indo nossa geração de caixa?

O resultado das alienações passadas, notadamente a venda da NTS em 04/2017, já se faz sentir nas “despesas por vendas”, somando R\$ 1,036 bilhões no 1T-2018. Nesse ritmo, considerando a nosso custo de captação de dívida médio de 6,2% ao ano, daqui a três anos e meio teremos pago (em valor presente) o que arrecadamos com a venda sob a justificativa de reduzir a nossa dívida. O PL 6407/2013 (art.5, § 3º), principal risco regulatório que obrigaria a Petrobras a vender sua malha de gasodutos de transporte, após cinco anos de tramitação ainda não foi sequer aprovado na Comissão de Minas e Energia, devendo ainda passar por mais três comissões (CDEICS, CFT, CCJC) antes de chegar ao plenário da Câmara dos Deputados [2], tudo isso em ano eleitoral.

Em termos de produção, a venda de um campo em operação (Lapa) contribuiu (entre outras razões) para a queda do volume de produção de óleo e gás. Este dado pode passar despercebido pelo aumento de receitas do segmento de E&P que foi turbinado pela elevação de preço do Brent, mas é um ponto de atenção.

No segmento de abastecimento cita-se a recuperação de *market share* em diesel indicando que ajustes na concorrência com o produto importado foram (e continuarão sendo)

necessários. Por outro lado, na comparação trimestral, com a subida dos preços de derivados o etanol hidratado ganhou competitividade em relação à gasolina. O programa RenovaBio (em implementação) fortalecerá a geração de caixa dos produtores de biocombustíveis. Neste contexto precisamos refletir sobre a diretriz do PNG de sair da produção de biocombustíveis e como aproveitar a oportunidade deste novo programa de incentivos para ao setor.

Saudações

Christian

[1] <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/05/petrobras-tem-lucro-de-quase-r-7-bilhoes-no-primeiro-trimestre.html>

[2] http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=91E2A4CE4C28EEFD9DD10633B910ECD6.proposicoesWebExterno2?codteor=1629390&filename=Parecer-CME-06-12-2017

[3] <http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/comunicados-e-fatos-relevantes/fato-relevante-petrobras-aprova-pagamento-de-juros-sobre-o-capital-proprio-para-acionistas>